



CENÁRIO POLÍTICO

Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br
(51) 981695392

Aldana e a mulher de César

Roma, 62 a.C. Na casa do imperador Júlio César, enquanto ele desafiava exércitos inimigos nos campos de batalha, sua segunda esposa, a bela e jovem Pompéia Sula, realizava mais uma orgia, em homenagem a Fauna, a “Boa deusa”, reservada exclusivamente às mulheres. Acontece que um jovem rico e atrevido, chamado Publius Clodius, estava perdido apaixonado por Pompéia e queria encontrá-la, vindo na comemoração uma boa oportunidade para seduzi-la. Para entrar, ele disfarçou-se de tocadora de lira e, clandestinamente, ludibriou os guardas e penetrou no palácio. Porém, o Dom Juan foi descoberto por Aurélia, mãe de César, sem que tivesse conseguido alcançar seu objetivo.

Nesse mesmo dia, todos os romanos ficaram sabendo da peripécia e César pediu o divórcio. Apesar disso, ele não ficou contra Clodius e Pompéia no tribunal. Chamado a depor como testemunha, o imperador disse que nada sabia sobre o suposto romance entre os dois. “Então por que se divorciou da sua mulher?”, questionaram seus opositores, na esperança de pegá-lo numa contradição. A resposta tomou-se famosa: “A mulher de César não basta ser honesta; ela deve parecer honesta”.

Suspeitas - A frase sobreviveu à história e costuma ser empregada, 20 séculos depois, quando se quer dizer que alguém deve estar acima de qualquer suspeita. Ela se aplica principalmente aos nossos políticos, que deveriam não apenas ser honestos, mas também parecer honestos. Afinal, seu principal ativo é a credibilidade. Se há desconfianças em torno de suas condutas, a população se revolta e, muitas vezes, de forma precipitada, julga e condena, o que é ruim para todos. Esta semana,

Suspeitas - A frase sobreviveu à história e costuma ser empregada, 20 séculos depois, quando se quer dizer que alguém deve estar acima de qualquer suspeita. Ela se aplica principalmente aos nossos políticos, que deveriam não apenas ser honestos, mas também parecer honestos. Afinal, seu principal ativo é a credibilidade. Se há desconfianças em torno de suas condutas, a população se revolta e, muitas vezes, de forma precipitada, julga e condena, o que é ruim para todos. Esta semana, o prefeito Luiz Américo Aldana, que já enfrenta o “paredón” da opinião pública desde a deflagração da Operação Ibiacá, dia 6 de junho, tornou-se vítima do “efeito Pompéia” novamente.

Público e privado - Assim que a informação se tornou pública, surgiram especulações de que, na prática, a defesa de Aldana será paga com recursos públicos. O advogado encarregado desse trabalho, Vanir de Mattos, considera estas ilações ofensivas e levianas. Segundo ele, são dois contratos. Um entre o Município e a empresa, com deveres e obrigações para ambos os lados; e outro com o prefeito, na esfera privada, com honorários e boletos a serem pagos pela “pessoa física” Luiz Américo Alves Aldana. E tudo isto estaria documentado e amparado pela legislação.

Provas - O fato de o prefeito contratar para sua defesa um profissional que já atua em processos do Município não é anormal. Inclusive, no Impeachment de Paulo Azeredo, em 2015, seu advogado foi o então procurador geral do Município, João Elias Bragatto, e não houve, na época, qualquer questionamento sobre a mistura entre o público e o privado. E se existem dois contratos, será difícil provar o contrário agora.

Capacidade em xeque - Dentro do governo, há gente questionando o contrato, justamente porque não está claro quais são os “serviços especializados” que a empresa irá realizar em nome do Município. Além disso, a necessidade de pagar advogados de fora joga suspeitas sobre a capacidade dos profissionais que já atuam na Administração. Em tese, o prefeito parece não confiar na equipe remunerada com o dinheiro do contribuinte.

Transparência ou divórcio - Em síntese, as desconfianças sobre o pagamento da defesa do prefeito pelo erário carecem de provas, mas as suspeitas são legítimas à medida que os motivos da contratação sem licitação ainda não foram explicados. Um dos princípios da gestão pública é a transparência. Assim como Pompéia, Aldana precisa dar aos montenegrinos a certeza de que não está envolvido em qualquer irregularidade. Sonegar informações pode apressar o divórcio com seus eleitores, representados pelos dez componentes da Câmara Municipal.



Suspeitas - A suspeita, neste caso, tem a ver com a defesa do prefeito no processo de Impeachment em tramitação na Câmara de Vereadores. O advogado encarregado de tirar Aldana dessa enrascada é vinculado a uma empresa contratada pela Prefeitura, no começo de

Suspeitas - A suspeita, neste caso, tem a ver com a defesa do prefeito no processo de Impeachment em tramitação na Câmara de Vereadores. O advogado encarregado de tirar Aldana dessa enrascada é vinculado a uma empresa contratada pela Prefeitura, no começo de junho, sem licitação, para prestar serviços de consultoria jurídica, pelo valor mensal de R\$ 10.500,00.

Segundo a lei, a dispensa de licitação ocorre quando são atendidos basicamente dois critérios: a singularidade do serviço e a notória especialização do contratado. Significa que o trabalho a ser realizado requer alto nível de especialização e que a empresa é a única em condições de fazê-lo.

Responsabilidades - Esta semana, questionada pelo Ibiá sobre o contrato, a procuradora geral do Município, Juliana Steigleder Becker, lembrou que o processo para a contratação da consultoria foi aberto em janeiro, durante as férias do prefeito Aldana. Quem deu luz verde foi o vice, Carlos Eduardo Müller. Estranha a tentativa de dividir responsabilidades com ele, quando se garante que não houve qualquer irregularidade.

Rapidinhas

* De um lado, ladrões se aproveitando do mato e da escuridão para praticar assaltos. De outro, lâmpadas acesas em pleno dia, causando desperdício. Deu apagão no setor de iluminação pública da Prefeitura?

* Por outro lado, nem tudo é ruim na prestação dos serviços públicos. As equipes da Secretaria de Viação estão fazendo um verdadeiro arrastão nos bairros, capinando as ruas e recolhendo lixo. Mas precisam, também, dar uma atenção aos terrenos que pertencem ao próprio Município, tomados pelo mato.

* Terça-feira à noite, a Câmara promoveu uma reunião no bairro Industrial. Os pedidos feitos pela comunidade são os mesmos recebidos em outras cinco comunidades: maior limpeza das ruas, desentupimento das redes de esgoto e combate aos alagamentos.

Contradições

A Administração Municipal contratou, na semana passada, mediante dispensa de licitação, a empresa Procidades para a elaboração do edital de concorrência do transporte coletivo. Vai pagar R\$ 52 mil pelo serviço que, segundo o prefeito, é altamente especializado. O valor é alto, o que, por si só, acendeu a luz amarela entre aqueles que são encarregados de fiscalizar o Executivo. O mais curioso, porém, é que, em 2015, foi essa mesma empresa que elaborou as planilhas para definição do valor a ser pago pelo transporte escolar. Na época, o prefeito disse que o estudo estava errado e decidiu pagar cerca de 30% mais.

Grupo - Segundo a Procuradoria Geral do Município, existe uma comissão, formada por representantes de diversos segmentos, tratando dos assuntos referentes ao transporte coletivo. Este grupo é que teria sugerido a contratação da Procidades, pelo fato de ela ter elaborado, há alguns anos, o Plano de Mobilidade Urbana. Além disso, a Prefeitura não teria em seus quadros profissionais capacitados para este trabalho.

Grupo - Segundo a Procuradoria Geral do Município, existe uma comissão, formada por representantes de diversos segmentos, tratando dos assuntos referentes ao transporte coletivo. Este grupo é que teria sugerido a contratação da Procidades, pelo fato de ela ter elaborado, há alguns anos, o Plano de Mobilidade Urbana. Além disso, a Prefeitura não teria em seus quadros profissionais capacitados para este trabalho.

O que mudou? A terceirização de certas tarefas pelo poder público é compreensível. O que é difícil entender é a contratação de uma empresa que já teve seu trabalho questionado para uma tarefa, em tese, muito mais difícil do que aquela que gerou contestações.

Desinteresse

A extinção da CPI que investigava eventuais irregularidades na construção do Loteamento Bela Vista, no bairro Estação, foi o triste fim de uma iniciativa que já nasceu moribunda. Primeiro, apenas metade dos dez vereadores demonstrou interesse na apuração. Depois, quando o presidente Talis Ferreira (PR) fechou as reuniões à imprensa, mais dois debandaram. Sobram três. Com a saída de Valdeci Alves de Castro (PSB) para assumir a Secretaria de Desenvolvimento Rural, restaram apenas dois. Como uma CPI não pode funcionar nessas condições, por determinação do regimento interno, a única saída foi encerrar o trabalho.

Omissão - Claro que, ao fechar a investigação, o presidente Talis Ferreira selou o destino da comissão, mas o desinteresse já existia. Ele apenas forneceu argumentos para aqueles que não estavam dispostos a ir a fundo. Uma pena. A comunidade lembrará disso.

Esclarecimento

As frases contidas nos “balões” publicados na coluna de segunda-feira, dia 26 de junho, não são opiniões do colunista. São, na verdade, manifestações do prefeito Aldana em entrevista ao Ibiá.

